

BRASIL–PORTUGAL: ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIS

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

INTRODUÇÃO

Frequentemente, nas relações intelectuais entre Brasil e Portugal, retorna o debate sobre os liames entre as respectivas culturas, seus encontros e desencontros. Indaga-se, particularmente, sobre os nexos da vida letrada brasileira *vis a vis* a sua matriz lusitana. Animada por contextos específicos e motivações diversas, a contenda oscila entre a afirmação da relutância dos brasileiros cultos em reconhecerem o seu tributo para com a cultura portuguesa e, mais recorrentemente, a elisão originária dos primeiros, responsáveis por uma espécie de “parricídio permanente”, como sustenta o crítico e ensaísta Eduardo Lourenço¹. No presente, o assunto tem sido reavivado em função da crise de Portugal, combinado à ascensão do Brasil no concerto mundial.

Como é de se esperar em casos desta natureza, raramente os juízos atingem um ponto de equilíbrio, apesar de derivarem de problemáticas comuns, porém vivenciadas de modo específico pelos dois países, substratos dos questionamentos produzidos nos meios letrados e políticos correspondentes. No âmbito dessa querela irresolúvel é possível perceber, todavia, algumas constâncias: a questão é mais frequente entre os intelectuais portugueses e tem sido suscitada recorrentemente ao longo do tempo; já os brasileiros, desde os fins do século XIX, e mais consistentemente a partir da década modernista, praticamente deixaram de atribuir especial significado ao legado lusitano na conformação dos movimentos culturais no Brasil. Os tratados atinentes à área firmados entre os respectivos governos, mormente aqueles referentes ao uso da língua, são marcados por iniciativas débeis,

¹ “Essa grande nação complexa e simples vive-se, no quotidiano, nos sonhos, nas legítimas ambições planetárias, como uma nação sem pai”. Ver LOURENÇO, 1999: 146.

de quase cunho protocolar, difíceis de serem implementados, dada a resistência manifesta em ambos os países, mais forte em Portugal do que no Brasil, é verdade, mas de qualquer forma um sintoma indicativo do mútuo distanciamento.

Não há como pôr em causa tal problema sem ultrapassar evidências imediatas, assentadas no fato de que as nações egressas da vivência colonial são obrigadas a desprender-se da antiga metrópole, condição intransponível de sua autonomia, obrigadas, enfim, a elaborar uma cultura reconhecida como autóctone, princípio basilar de sua identidade e auto-reconhecimento.

RELAÇÃO CULTURAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Nas palavras do historiador português Borges de Macedo, “a cultura brasileira começa na cultura portuguesa, mas não acaba nela. Tem formas e vias de criação própria, escolhas diferentes”, pois, “um brasileiro não é um português à solta, mas um ‘outro’”².

Reconhece-se, nesta passagem, a aceitação da diferença, não obstante, a problemática central de o texto derivar, no fundo, do reconhecimento de que a cultura portuguesa estaria perdendo substância em função do desenlace final do antigo império, seguido pela admissão na comunidade europeia, na qual Portugal viria a ocupar posição subalterna. Daí advém o subsequente diagnóstico: “O perigo, para a cultura portuguesa, não está, nem nunca esteve, em aceitar a universalidade. Está em sujeitar-se a que a sua especificidade conquistada e de conteúdo legitimamente universal, lhe seja retirada e substituída por um conjunto de preferências estabelecidas pela hegemonia imperial de outra cultura”³.

Explicita-se aqui o argumento central do texto, derivado do risco que ronda um país, do porte de Portugal, o de ser obrigado, em função da crise, a trilhar caminhos alternativos fora de sua experiência histórica, o de aliar-se a Estados poderosos, sob a permanente ameaça de ser por eles tragado. Se tal constatação pode elucidar os móveis do diagnóstico acima delineado, não ilumina as razões que levam à permanência da temática brasileira. Este é, de fato, o problema central a ser enfrentado, mas cujo equacionamento pressupõe tratar da questão articuladamente, isto é, vinculando a vida intelectual portuguesa e brasileira, uma vez que o movimento de uma reverbera na configuração da outra.

² MACEDO, 1986: 68-69.

³ MACEDO, 1986: 71.

É possível admitir que o afastamento do ambiente letrado brasileiro, especialmente literário, surge ao longo dos oitocentos, sobretudo com o Romantismo. Como se sabe, a vaga romântica no Brasil embebeu-se da “missão” de conformar a nação em processo de construção; naturalmente impregnou-se de concepções baseadas no ideário de uma cultura genuína e autônoma, substrato da nacionalidade nascente. Esse “desejo de ter uma literatura válida”, a “literatura como missão”, é o traço distintivo do gênero entre nós, como sublinhou Antonio Cândido⁴.

Na mesma linha de argumentação, o crítico Alceu Amoroso Lima distinguiu quatro períodos da literatura brasileira em relação à portuguesa, nos cinco séculos da sua história: de dependência, que vigorou no transcurso do XVI e XVII; de autonomia relativa, durante o XVIII; de crescente emancipação, no XIX; e, finalmente, de independência efetiva no XX⁵. O crítico, em suma, periodizou a literatura em sua consonância com o percurso histórico do país, desde a fase de inequívoca condição colonial, na qual a rala produção literária no Brasil não se diferenciava da matriz, passando pelo estágio de ebulição independentista, cujo ápice é a Arcádia, seguido pelo momento de criação da nação expresso no Romantismo, até a realização completa do ciclo com o Modernismo.

Os argumentos utilizados para caracterizar a literatura brasileira são dependentes do movimento de formação da nacionalidade, atestando, de um lado, a importância dos intelectuais e escritores na elaboração da identidade da nação; de outro, revelam as próprias inclinações valorativas dos críticos. Dito de outro modo, o juízo estético não se despreza da história da nação. Não obstante, em 1878, quando Machado de Assis nem era ainda um escritor consagrado, pois *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi publicado entre 1879-1880, travou acerba polêmica com Eça de Queiroz, o mais celebrado escritor da língua na época, consagrado no âmbito internacional⁶. A controvérsia, sem remissão das partes, afiança o desapego dos brasileiros das raízes intelectuais portuguesas, assegurando a real inclinação de independência, quiçá de rejeição, da norma culta lusitana, cujo desenlace consumou-se com o Modernismo. A partir de então, para os brasileiros, a problemática perde interesse, deixando a pauta dos assuntos prioritários. O mesmo não acontecendo com os intelectuais portugueses, que insistem em afirmar a sua efetiva presença na cultura letrada brasileira, passando a considerar um

4 SOUZA, 1975.

5 LIMA, 1956.

6 Baseei os argumentos acima desenvolvidos em José Leonardo do Nascimento. Ver NASCIMENTO, 2008.

verdadeiro “parricídio” a elisão das raízes culturais lusitanas perpetradas pelos herdeiros ingratos; e, mesmo quando reconhecem a nossa autonomia, não deixam de nos atribuir uma espécie de amnésia histórica.

Somente num contexto como este se pode compreender a nota desabrida endereçada por Eça de Queiroz a Machado de Assis, quando da 2.^a edição de *O Crime do Padre Amaro*, vazada em termos intempestivos: “só uma obtusidade córnea ou má-fé cínica poderiam considerar *O Crime do Padre Amaro* uma imitação de *la faut de l’abbé Mouret*”⁷. Manifestação evidente do desconforto do grande romancista com os novos escritores em língua portuguesa que surgiam no horizonte, sobretudo no espaço da ex-colônia, que punha em xeque a hegemonia letrada metropolitana, incontestemente até aquele momento, fruto de visões diferenciadas que, gradativamente, vinham ganhando contornos próprios no curso do século seguinte.

Eduardo Lourenço situa-se entre os autores com disposição para envolver-se no debate, como se percebe na particularidade da sua expressão: “os brasileiros têm motivos para se imaginarem, se viverem e se comportarem como se fossem filhos de si mesmos”, postura considerada, por ele, redundante, especialmente “depois da famosa exposição modernista de 1922, em São Paulo..., expressão óbvia da pulsão mais significativa da realidade brasileira, apesar de todos os elementos irrealistas, anti-históricos ou a-históricos que acarreta”⁸. A despeito de o crítico reenviar a questão aos portugueses, quando afirma que o povo brasileiro é “demasiado grande para a memória que tem”, em contraposição aos portugueses que são um “povo pequeno demais para a memória imensa que ao longo dos séculos refluíu para o nosso coração e nos sufoca”⁹, sua reflexão não chega a romper com o sentimento dominante de traição, encontradiço no meio letrado português.

Apesar de ferir o problema, quando caracteriza a cristalização cultural portuguesa cingida ao período imperial, não chega a retirar as consequências mais profundas, necessárias ao entendimento do fenômeno. Em outra passagem, o autor reitera suas convicções ao afirmar que, “na realidade e a todos os níveis, o discurso cultural brasileiro oscila, à semelhança daqueles que a justo nível procedem de um verdadeiro traumatismo colonizador e colonialista, entre a tentação de assumir integralmente e de ‘brasileirar’ o passado de todo o Brasil e a tentação de admitir dois sujeitos atuantes nesse passado, dos quais um, o português, não constitui, em

7 NASCIMENTO, 2008: 295.

8 LOURENÇO, 1999: 147.

9 LOURENÇO, 1999: 143.

última análise, objeto de compreensão. Mas, como esse segundo sujeito faz parte integrante da ‘realidade-Brasil’, enquanto história e cultura, o discurso cultural brasileiro é – salvo raras e brilhantes exceções – verdadeiramente inextricável”¹⁰. Argumentação equivocada, no meu entendimento, seja por exibir um juízo histórico pouco isento, seja por revelar o desconforto do crítico frente à questão, seja ainda por fundamentar-se em argumentação aderente a uma das faces do problema.

Neste quadro de disputas e incompreensões mútuas, inserem-se os exemplos de vida intelectual marcada pelo caráter empenhado, comum em sociedades que escapam à tipicidade, situação característica do Brasil, e, igualmente, de Portugal. Parafraseando Marx, a propósito da sua análise dos neo-hegelianos em *A Ideologia Alemã*, o lugar para apreciar melhor o pensamento situa-se a partir de um ponto de vista descentrado, condição a que estava relegado em função do exílio, produtor de uma vivência de perda de raízes¹¹. O descentramento, como condição de apreciação da vida intelectual originária, não deixa de ser bom lugar para o julgamento, ainda que não implique, necessariamente, em deslocamento geográfico. O distanciar-se da raiz portuguesa facultou aos brasileiros avaliar os limites e o alcance da herança recebida, no curso da construção de uma vivência intelectual dotada de alguma solidez, capaz de respaldar um projeto cultural moderno.

Histórias como as de Portugal e do Brasil, países obrigados, por diversos motivos, a defrontarem-se com matrizes culturais mais vigorosas, a vida intelectual distingue-se por estar deslocada face aos centros dominantes. O problema parece redefinido na experiência do “desterro na nossa própria terra”, para retomar a conhecida frase na abertura de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, que alude, na verdade, ao drama dos intelectuais nos países de modernização tardia¹². A principal alusão identifica-se com o fato de que a intelectualidade brasileira não poderia, ou não conseguiria reconhecer-se como dependente da matriz portuguesa, ao mesmo tempo em que se encontrava permeável à assimilação de culturas forâneas, provenientes dos centros hegemônicos no momento.

Por essa razão, tanto a antiga metrópole, quanto a ex-colônia guiavam-se por modelos exteriores, inviabilizando o reconhecimento da origem, dado que as fontes de inspiração não eram genuínas¹³. Quando Sérgio Buarque formulou a

10 LOURENÇO, 1999: 150.

11 MARX, 1973: 16.

12 HOLANDA, 1963: 16.

13 Sobre a importância da cultura francesa para a intelectualidade brasileira, ver AZEVEDO, 1963.

noção do desterro expressava o espírito do Modernismo no Brasil que, de fato, era distante das vanguardas portuguesas, como têm demonstrado vários estudiosos do movimento¹⁴. É ilustrativo, nesse andamento, que o “primeiro artigo publicado no Brasil sobre Fernando Pessoa date de 1938, e é de autoria de Adolfo Casais Monteiro e intitulado ‘O exemplo de Fernando Pessoa’”¹⁵. Isto é, a referência ao modernista português aparece no momento em que as vanguardas brasileiras estavam em franca rotinização, e, além do mais, fora escrita por um intelectual português que migrara para o Brasil. Além do mais, que o próprio Mário de Andrade, principal representante das vanguardas brasileiras, referiu-se a Pessoa apenas em 1939¹⁶.

De fato, as relações entre as vanguardas portuguesas e brasileiras não ultrapassam os limites do circunstancial. Eventos esporádicos que não entranharam o processo mesmo de formulação da linguagem modernista brasileira e, assim mesmo, ficaram circunscritos à esfera da literatura, mas, bem sabemos, o campo das artes plásticas foi fundamental entre nós. Quando se obtém juízo equilibrado, caso do *Prefácio* de Antonio Candido ao livro *A Missão Portuguesa Rotas Entrecruzadas*, o cânone da cultura brasileira já está solidamente estabelecido, o que permite ao crítico renomado, um dos artífices dessa construção, uma viagem sentimental, afetiva, à contribuição dos escritores e intelectuais portugueses à formação da cultura brasileira – e da sua em especial –, revolvendo os arcanos de sua memória, reminiscências dignas de um exímio antiquário, que pode afirmar “evoco essas experiências remotas para sugerir como estávamos mergulhados no universo português”¹⁷.

Uma digressão diletante, descompromissada, mas extremamente gentil, que revela sua segunda pele, um substrato distante, quase uma arqueologia da presença da literatura portuguesa nos círculos cultivados brasileiros. O que não lhe impede, todavia, de afirmar que a relação entre portugueses e brasileiros é peculiar, pois “eles são estrangeiros aqui e nós lá. Nós temos traços próprios e o velho Brasil luso-brasileiro deixou de existir como dimensão única, ante a profunda mistura racial e cultural devido às migrações”. Acrescenta Antonio Candido, contudo: aqui existe um “substrato unificador poderoso, formado pela

14 “Em meio a esse fogo cruzado de constrições internas e externas, a imersão dos modernistas na experiência imigratória lhes forneceu o lastro dessa travessia entre a estética do alheio (as linguagens das vanguardas europeias) e a intimação local (o enraizamento familiar e social em meio às demandas expressivas de um mercado de arte em formação), nexos de sentido e forma sobre os quais se alicerçou o movimento renovador”. Ver MICELI, 2003: 16.

15 LOBO, 2001: 67.

16 LOBO, 2001: 67.

17 SOUZA, 2002-2003: 17.

língua e por influências originárias de todo tipo..., geradoras de uma fôrma na qual se acomodam os neobrasileiros de vária origem”. No Brasil, “os portugueses são estrangeiros de tipo especial, que se ajustam de maneira também especial”¹⁸.

A questão refere-se, em essência, à condição do intelectual. O ensaio de Paulo Arantes, *Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo*, a propósito da análise das obras de interpretação do Brasil que repetidamente recorrem ao tema da formação, “noção a um tempo descritiva e normativa”¹⁹, é elucidativo. Um tipo de avatar do intelectual na periferia do mundo, o primado do ideal de formação permite que se contorne o sentimento de artificialidade da nossa cultura, a ausência de linha evolutiva, a inexistência de seriação nas ideias, a persistência da nossa “indiferença”, segundo Sílvio Romero, constante domínio da importação externa sobre a tradição local²⁰. O problema da formação como questão decisiva de ordem intelectual, fundamentou o florescimento de uma cultura enraizada, na medida em que conferiu organicidade à sociedade brasileira, estabelecendo o lastro para a expressão da intelectualidade nativa.

Foi com a publicação de *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, que se desatou, ainda segundo Arantes, este “nó histórico”²¹, quando o princípio da formação converteu-se em método, permitindo o tratamento do sistema literário, “processo cumulativo de articulação”²². A formação como “acumulação literária”²³ é anulação da descontinuidade, simultaneamente atividade intelectual criativa na periferia, ou, recuperando o preceito construído por Antonio Candido para balizar a reflexão no Brasil, é condensação equilibrada de “localismo” e “cosmopolitismo”, traços marcantes da nossa cultura, espécie de “lei de evolução da nossa vida intelectual”²⁴. Enquanto problema de fundo intelectual, o tratamento da formação permite contornar a origem da “torção” da vida intelectual brasileira, que não se pode furtar de se guiar pelos modelos externos avançados, a exemplo da assimilação do ideário liberal, no século XIX, em pleno regime da escravidão, segundo análise lúcida de Roberto Schwarz²⁵.

18 SOUZA, 2002-2003: 15.

19 ARANTES, 1977: 12.

20 ARANTES, 1977: 17.

21 ARANTES, 1977: 19.

22 ARANTES, 1977: 21.

23 ARANTES, 1977: 31.

24 CÂNDIDO, 1965: 131.

25 SCHWARTZ, 1977: 13.

Para desdobrar essa questão, é necessário voltar a Antonio Candido, intelectual decisivo na formulação do cânone da cultura no Brasil. Construído o sistema literário, nutrido no compromisso dos escritores brasileiros em “nos exprimir”, a derivação passa a exigir que se situe o momento em que o processo expressivo se completa. Para Candido, os anos 30 são decisivos, uma vez que às transformações de vulto implementadas na área da cultura, somou-se a rotinização e expansão do modernismo, gerando “um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões”²⁶. Sem que se descure da qualidade artística e intelectual das obras plasmadas pela estética modernista, na visão de Candido o modernismo significou verdadeira ruptura com a cultura precedente, patente “numa maior consciência a respeito das contradições da própria sociedade, podendo-se dizer que sob este aspecto os anos de 1930 abrem a fase moderna das concepções de cultura no Brasil” estabelecendo, por esta via a relação entre linguagem inovadora e engajamento intelectual. Para João Lafetá, a literatura de compromisso, característica o chamado romance social, tendeu ao esfriamento da experimentação, acentuando o “projeto ideológico” frente ao “projeto estético”²⁷.

As análises de Candido estão ancoradas em dois critérios complementares – estético e político – sugerindo que o modernismo só se completou de fato, quando realizou seu lado engajado, no momento em que os intelectuais assumiram um compromisso com o país moderno no seu conjunto. A abordagem do autor sobre esse período é tributária do tratamento que conferiu à formação da literatura brasileira no seu livro clássico; o cumprimento do processo formativo pressupôs a “tomada de consciência” e o “aspecto empenhado das obras”²⁸. Por conseguinte, a própria formação do pensamento brasileiro passou a coincidir com a intelectualidade modernista, dedicada a construir a sociedade moderna nesse lado do mundo, vista como uma geração voltada para o futuro. Talvez a sua resistência à análise de Sérgio Miceli sobre a participação dos modernistas na elaboração da política cultural do Governo Getúlio Vargas²⁹, resulte do desconforto em aceitar a intimidade desses intelectuais com o Estado Autoritário. Antonio Candido, paradoxalmente, escreveu o prefácio da edição da obra, mas considerou a proposta fruto de um “olhar sem paixão e quem sabe sem piedade”³⁰. O juízo restritivo

26 SOUZA, 2000: 182.

27 LAFETÁ, 1974: 11-25.

28 SOUZA, 2000: 26-29.

29 MICELI, 1979.

30 SOUZA, 1979: X.

que elaborou foi, no entanto, nuançado em outro texto, distinguindo a inserção profissional do “artista e escritor aparentemente cooptados” da realização efetiva da obra, não deixando, contudo, de sublinhar tanto o caráter pioneiro do livro de Miceli quanto à análise notável sobre a “expansão do mercado do livro e à gênese de um grupo de romancista profissionais”³¹.

Na sequência dos argumentos acima, a classificação elaborada por Antonio Candido – que considerou os três ensaístas do decênio de 30, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, como Intérpretes do Brasil –, nublou o lugar dos pensadores precedentes, independentemente do papel renovador que essa geração tenha representado. Ao fixar a história intelectual brasileira a partir dos modernos, o crítico construiu nova tradição cultural. Por isso, para ele, os anos de 1930 foram um marco histórico, sendo um “eixo catalisador”, presente na revelação da ruptura, entre um “antes” e um “depois”, merecendo demarcar as fases da cultura no Brasil.

Naturalmente, essas “operações sociais de nomeação”³² exprimem posições intelectuais, permitindo-se que se desnaturalize as classificações. A tradição firmada provinda do modernismo torna-o a expressão mais genuína da nossa cultura. Naturalmente, nenhum cânone resulta de construções arbitrárias. Mestre Candido expressa uma visão normativa que parece sempre inescapável. Para sumarizar, há, de fato, grande transformação no pensamento intelectual, quando a linguagem modernista chega ao ensaio, sincronizando o problema da reflexão – a viabilidade de inserção na modernidade de um país cuja formação histórica escapa ao padrão – com a forma da expressão – a ruptura com a norma culta portuguesa. Os chamados intérpretes, de outro lado, inseriram-se no caldo do modernismo ao ajustarem a visão orientada para as nossas particularidades, apoiada na aceitação da diversidade e não no espelhamento nas experiências da modernidade hegemônica. Com eles, deixamos a condição de sociedade faltosa, incompleta, carente dos atributos civilizados, para a afirmação das nossas qualidades, nem sempre positivamente valoradas, como se vê especialmente em *Raízes do Brasil*.

Segundo Arnoni Prado, “quem olha o conjunto da obra crítica de Sérgio, anterior a 1930, nota, já no período que antecede a semana de 1922, uma impressão difusa de que a nossa produção intelectual inscrevia-se num quadro típico de cultura de periferia sem eixo próprio”³³. A cultura periférica designada pressupõe construir a

31 SOUZA, 2000: 195.

32 BOURDIEU, 1998: 81.

33 PRADO, 2004: 263.

nomeação, afastando-se da ausência de qualidade, do incharacterístico. Espécie de Macunaíma? Ou, seria mais uma das nossas singularidades reconstruir a formação histórica para sermos modernos e modernistas? Dito de outra maneira, a recorrência ao nosso passado histórico põe em questão a adesão ao ideário vanguardista, por este se definir como avesso a qualquer tradição. É esse contexto da crítica do português Abel Barros Baptista, para quem a formação, “neste sentido não é modernista, ou seja, é modernista sem o ser”³⁴. Retorna-se, assim, ao problema formulado na abertura dessa reflexão: o equilíbrio é penoso no âmbito desse debate.

Na reconsideração do problema parece-me essencial retomar às conjunturas específicas aos dois países. No caso do Brasil, tratava-se de construir um ideário de país moderno e, nesse sentido, Portugal não poderia ser a fonte inspiradora. Primeiro, porque dele havia que se diferenciar por oposição, uma negação necessária à construção de sua autonomia. Segundo, porque à ex-metrópole faltava substância cultural, definida por ser culturalmente extrovertida, pelo menos desde o século XVIII, quando o fenômeno dos “estrangeirados” constringia a nação. Por último, porque a fase do modernismo, momento da ebulição vanguardista no Brasil, seria praticamente impossível pensar a possibilidade de inspirar-se numa cultura ligada a um país obscurantista, que caminhava a passos céleres em direção ao fascismo. Ainda que o Brasil não fosse um país democrático, as elites brasileiras cultivavam os princípios civilizatórios das sociedades reconhecidas como superiores, quer política, quer culturalmente. Nesse universo, entende-se os motivos que tornavam Portugal o avesso da civilização; sua anti-cópia. O próprio Eduardo Lourenço, em meio aos seus reclamos pelo descaso para com a cultura portuguesa, a ela se refere de forma nada edificante. Cultura, para os portugueses “era, simplesmente, a mentalidade nacional, conservadora na ordem dos costumes, autoritária no plano da justiça, dogmática no domínio das ideias, intolerante em matéria de crença, horizonte e matriz da visão portuguesa do mundo”³⁵. Não sendo, portanto, de se estranhar que, nela, os brasileiros se recusassem a buscar inspiração. Só poderiam ser avessos ao modelo, pois a realidade portuguesa era a antítese do que se almejava como projeto para a nação.

Esta é a questão de fundo que lastreia o percurso histórico de Portugal: a de uma nação irrealizada, constringida pela necessidade de erigir um império que, ao se desfazer, desnorteia o ideário nacional. Dilema intuído pela sensibilidade de Vitorino Magalhães Godinho que salientou o caráter contraditório da nação portuguesa, na sua

³⁴ BAPTISTA, 2005: 66.

³⁵ LOURENÇO, 1999: 103.

permanente busca de “definir-se e nunca definida”, no torvelinho de “impérios sempre entrecortados de descolonizações e de movimentos de expansão”, acompanhados por seguidos fluxos imigratórios. Tal itinerário histórico explica o fato de que as grandes “criações culturais portuguesas tiveram, sobretudo, difusão no estrangeiro”, tornando Portugal um país que “está constantemente a realizar-se fora de si próprio”, forçado por isso mesmo a trilhar um “percurso histórico que é também um percurso mítico”. Ao não se indagar sobre a própria história, o país vive a “identidade nacional com a naturalidade com que respira, sem dela tomar consciência e que sempre buscou uma definição que nunca poderia contê-lo”³⁶. É este impasse que faz emergir a dimensão mítica. Sem o império real, nada mais restou do que o império imaginário. O império onírico, pensado por Eduardo Lourenço, voltado para o “ideário da comunidade, da lusofonia, do embasamento linguístico, cultural, histórico, suportes latentes de um império virtual, vivido para o futuro nas águas da globalização: o império é o fantasma insepolto e ao mesmo tempo o anjo tutelar”³⁷. O império, nesse prisma, é a matéria poética de Fernando Pessoa, o mais vigoroso modernista português:

“Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!”³⁸.

O problema não seria, contudo, a solução? O império tornou-se uma realidade indescartável em sua sucessividade. A construção da identidade nacional passava, incontornavelmente, pelas malhas do império, fossem elas partes sob domínio ou nações descolonizadas, onde a cultura de raiz portuguesa trilhava caminhos próprios em função das especificidades locais, criando um movimento cultural descompassado em relação à origem, no qual os momentos diversos de expressividade cultural se encadeavam de modo assincrônico. Essa cultura portuguesa produzida em espaço ampliado jamais poderia ser reduzida à sua exclusiva expressão nacional, ganhando, em contrapartida, certa universalidade. Ao se expandir, ao transformar o idioma pátrio em ferramenta de domínio cultural, na verdade, eufêmica doação, os portugueses só poderiam perder o controle sobre seus resultados. As múltiplas invenções e reinvenções que o movimento histórico-cultural propiciaria no amplo espaço do ex-império, explicou a sensação de perda de hegemonia intelectual que, não por acaso, Eça, premonitoriamente intuira, já nos estertores dos oitocentos.

36 GODINHO, 1982: 12-13.

37 LOURENÇO, 1999: 131.

38 PESSOA, 1981: 33.

A problemática do império travejou a cultura portuguesa, a um ponto que, talvez, não seja exagero admitir que ela conferiu a matéria expressiva da literatura. De Camões aos autores contemporâneos como José Saramago e Lobo Antunes, marcante no modernista Fernando Pessoa, a crise do império ofereceu o substrato imagético desta literatura. A ficção atual africana de língua portuguesa é exemplar neste sentido. Produzida por africanos de origem portuguesa, escritores da periferia e de visão descentrada, como os angolanos Pepetela, e mais recentemente Valter Hugo Mãe, além do moçambicano Mia Couto, essa literatura de forte traço vanguardista não se desapegou do problema, a despeito das diferenças entre os autores.

A fatura dos portugueses José Saramago e António Lobo Antunes, por exemplo, é marcada por uma narrativa histórico-mítica, como se percebe em *O Memorial do Convento* e em *As Naus*. Os africanos Pepetela e Mia Couto combinam a rica mitologia africana – incorporando inclusive vocábulos dos idiomas locais – ao manejo criativo da língua portuguesa. A guerra de independência é o pano de fundo da trama narrada, levando a indagações sobre o futuro dos jovens países, entranhada na complexidade das personagens criadas. O registro de Valter Hugo Mãe, angolano retornado na primeira infância, é diverso, pois compartilha das duas vertentes, como se pode apreciar na novela *O Remorso de Baltazar Serapião*, que constrói uma alegoria atemporal do passado.

Essa literatura – quando comparada à brasileira – destaca-se por sua singularidade. No Brasil, tal matéria expressiva não possui relevância, tampouco marca sua presença, aludindo a que a ruptura com Portugal não se impôs como necessidade por não se ter realizado de forma traumática. Nada que se comparasse, por exemplo, ao que se verificou na América espanhola e inglesa. A particularidade do gradualismo da ruptura política no Brasil fez da cultura a esfera decisiva de demarcação das diferenças. Coube especialmente à literatura a tarefa de delimitar nitidamente a separação. A relação de indiferença, até mesmo de rejeição dos intelectuais brasileiros em relação aos portugueses, é parte desse fenômeno.

Independentemente das querelas assinaladas, é inquestionável a existência atual de uma literatura de língua portuguesa pujante, da qual o prêmio Nobel José Saramago é a expressão mais candente; dos africanos emergiu um novo veio que, ao que tudo indica será caudaloso. Dessa realidade poderá emergir renovada configuração cultural, capaz de escoimar os discursos saudosistas e ressentidos, e os eflúvios de autonomia soberana. Nesse universo, o Brasil poderá se beneficiar, sobretudo quando se considera que o momento não é especialmente fecundo para nossa literatura.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Paulo, 1977 – “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo”, in FIORI, Otilia; ARANTES, Paulo, *Sentido da Formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AZEVEDO, Fernando, 1963 – *A Cultura Brasileira*, 4.^a ed. Brasília: UNB.

BAPTISTA, Abel B., 2005 – “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Cândido”, in *O livro agreste: ensaio de Literatura Brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP.

BOURDIEU, Pierre, 1998 – “Linguagem e poder simbólico”, in BOURDIEU, Pierre, *Economia das trocas simbólicas: o que falar quer dizer*. São Paulo, EDUSP.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1982 – “Reflexão sobre Portugal e os portugueses na sua História”. *Revista de História Econômica e Social*, n.º 10. Lisboa.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1963 – *Raizes do Brasil*, 4.^a ed. Brasília: UNB.

LAFETÁ, João Luis, 1974 – *A Crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades.

LIMA, Alceu Amoroso, 1956 – *Introdução à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Agir.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.

LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras.

MACEDO, Jorge Borges de, 1986 – “Questões sobre a cultura portuguesa”, in Separata ICALP, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, março, n.º 4. S/l.

MARX, Karl, 1973 – *La ideologia Alemana*. Buenos Aires: Pueblos Unidos.

MICELI, Sérgio, 1979 – *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1940)*. São Paulo: Difel.

MICELI, Sérgio, 2003 – *Nacional Estrangeiro: História social e cultural do Modernismo Artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

NASCIMENTO, José Leonardo, 2008 – *O Primo Basílio na Imprensa Brasileira do século XIX. Estética e História*. São Paulo: EDUNESP.

PESSOA, Fernando, 181 – “O Infante”, in *Mensagem*, 4.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

PRADO, Arnoni, 2004 – “Raízes do Brasil e o Modernismo”, in *Trincheira Palco e Letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo; CosacNaify.

SCHWARTZ, Roberto, 1977 – *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas cidades.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 1965 – *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello, 1975 – *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, 5.^a ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 1979 – “Prefácio”, in MICELI, Sérgio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 2000 – “A revolução de 1930 e a cultura”, in *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 2000 – *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 2002-2003 – “Prefácio”, in LEMOS, Fernando; LEITE Rui Moreira (org.), *A Missão Portuguesa Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC.